



Universidades Lusíada

Santos, Cristina Fé

O pioneiro Sanatório de S. Brás de Alportel

<http://hdl.handle.net/11067/6085>

<https://doi.org/10.34628/b5bk-me90>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

O estudo de uma instituição de saúde não se restringe ao estudo da doença e ao que a ela está associado: a época em que desenvolve a sua actividade, as personagens que nela intervêm e o seu *modus vivendi* tornam cada instituição única, dentro das suas congéneres. O Sanatório Carlos Vasconcelos Porto, também referido como Sanatório de São Brás de Alportel, distingue-se dos restantes por ter sido uma instituição em que os doentes tinham em comum não só a doença que os afectava – a tuberculose – mas...

The study of a health institution is not restricted to the study of the disease and to what is associated with it: the time in which it develops its activity, the characters that intervene in it and its *modus vivendi* make each institution unique within their counterparts. The Carlos Vasconcelos Porto Sanatorium, also referred to as the Sanatorium of São Brás de Alportel, differs from the rest because it was an institution in which the patients had in common not only the disease that affected the...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T18:57:35Z com informação proveniente do Repositório

COORDENAÇÃO

Joana Balsa de Pinho

Maria João Bonina

Fernando Grilo

Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Arquitetura assistencial lusu-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade

ESPAÇOS, FUNÇÕES E PROTAGONISTAS



THEYA

O pioneiro Sanatório de S. Brás de Alportel¹

Resumo

O estudo de uma instituição de saúde não se restringe ao estudo da doença e ao que a ela está associado: a época em que desenvolve a sua actividade, as personagens que nela intervêm e o seu *modus vivendi* tornam cada instituição única, dentro das suas congéneres. O Sanatório Carlos Vasconcelos Porto, também referido como Sanatório de São Brás de Alportel, distingue-se dos restantes por ter sido uma instituição em que os doentes tinham em comum não só a doença que os afectava – a tuberculose – mas, acima de tudo, a empresa para a qual trabalhavam: os Caminhos de Ferro do Estado.

Esta relação entre cuidados de saúde e trabalhadores surge pela primeira vez com este Sanatório, obra de um benemérito e funcionário dessa mesma empresa, Carlos Vasconcelos Porto.

Abstract

The study of a health institution is not restricted to the study of the disease and to what is associated with it: the time in which it develops its activity, the characters that intervene in it and its *modus vivendi* make each institution unique within their counterparts. The Carlos Vasconcelos Porto Sanatorium, also referred to as the Sanatorium of São Brás de Alportel, differs from the rest because it was an institution in which the patients had in common not only the disease that affected them – tuberculosis – but above all, the company they worked for: the State Railways.

This relationship between health care and workers arises for the first time with this Sanatorium, the work of a benefactor and employee of the same company, Carlos Vasconcelos Porto.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pioneiro enquanto hospital de uma empresa, o Sanatório Carlos Vasconcelos Porto, ou de São Brás de Alportel, como também é conhecido, surgiu para dar resposta a um flagelo que afectava grandemente Portugal no início do século xx – a tuberculose. Distinguia-se dos restantes sanatórios em funcionamento até à data, pois tinha como únicos utentes os funcionários dos Caminhos de Ferro do Estado.

Numa época em que o Estado não providenciava os cuidados de saúde a todos os que deles necessitavam, esta empresa demonstrava uma preocupação social para com aqueles que nela trabalhavam, o que não se verificava, até então, em nenhuma outra empresa. Até ao início dos anos 50 do século xx, este sanatório só admitiu doentes que fossem trabalhadores dos Caminhos de Ferro do Estado

¹ Este texto não segue o Acordo Ortográfico em vigor.

e que apresentassem problemas pulmonares que, de algum modo, afectassem o seu rendimento no trabalho. Assim, a sua história, unificada pelo rigor da disciplina interna que imperou em quase toda a sua existência, divide-o em duas épocas distintas: o sanatório para os ferroviários, de 1918 a 1952, e o sanatório para população tuberculosa em geral, pertencente ao IANT (Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos), a partir de 1953.

CARLOS VASCONCELOS PORTO, O BENEMÉRITO

Carlos Vasconcelos Porto, funcionário dos Caminhos de Ferro do Estado, foi o benemérito deste sanatório, que se destinava unicamente a funcionários da empresa para a qual trabalhavam. Ao consultar o processo individual de Carlos Vasconcelos Porto, na Academia Militar, é possível constatar, a propósito da sua carreira profissional, que em 1905 ingressou nos Serviços de Estatística e Fiscalização dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. Consta ainda no seu processo individual que, enquanto funcionário desta empresa, terá realizado diversas viagens ao estrangeiro, tendo a primeira, de que se encontra referência, ocorrido em 1908. Deslocou-se em comissão de serviço à França e à Suíça para estudar a organização dos depósitos militares de materiais de guerra em museus militares. Sobre estas viagens, há que referir, em particular, uma outra que efectuou, em comissão de serviço gratuito, a França, em 1929, para visitar o Sanatório «Bligny e Belleville». Consta, ainda, do seu processo individual, outros nove pedidos de autorização para se deslocar ao estrangeiro (sempre a estes dois países, França e Suíça).

Homem filantropo, dedicado às causas beneméritas, destacou-se não só por ter sido o impulsionador do Sanatório de São Brás de Alportel, inaugurado em 1918 e baptizado com o seu nome em sua homenagem, mas também esteve na origem de mais um outro sanatório em Mozelos, Paredes de Coura, criado com o mesmo fim – tratar os ferroviários tuberculosos – e inaugurado em 1934.

Quanto à razão deste seu propósito, os periódicos da época revelam diferentes motivações para o envolvimento de Carlos Vasconcelos Porto neste projecto. No decorrer da pesquisa, encontrou-se a referência de que este seu desígnio se deveu ao cumprimento de uma promessa, no seguimento da cura do seu filho, após tê-lo visto «nas garras da tuberculose», aliado ao envolvimento pessoal com os funcionários, a quem chamava de «amigos», que padeciam deste mal. Por outro lado, o seu envolvimento terá surgido como uma forma de demonstrar o seu agradecimento à solidariedade demonstrada pelos seus funcionários nas horas conturbadas dos primeiros anos da República. Pela leitura da imprensa da época, é possível apurar que Carlos Vas-

concelos Porto, numa época de grande instabilidade política, viu-se enredado nas intrigas de uma sociedade que, na maior parte das vezes, não era neutra em relação àqueles que, de algum modo, mantinham um cargo público de relevância. Esta concepção, no caso particular de Carlos Vasconcelos Porto, é visível na seguinte passagem de um artigo, intitulado «O Sanatório dos Almagens», publicado num jornal da época:

Um dia o boato, nesta ânsia de incompatibilizar valores sociais úteis e servirem as paixões políticas, como meio de vexar pessoas altamente morais e dignas, começou a afirmar que o engenheiro Vasconcelos Porto não respeitava as instituições republicanas e era um perigo para a estabilidade das mesmas. O seu nome era apontado entre as pessoas que haviam de ser afastadas dos serviços públicos, como tantas outras que vigentemente foram atingidas pelo vexame das exonerações e forçadas reformas².

No entanto, os funcionários seus subordinados vieram em sua defesa, contrariamente aos seus pares que o criticavam e caluniavam, levantando mesmo a hipótese de ir até à greve geral, caso se mantivesse tal infâmia.

Isto calou no coração do sr. Vasconcelos Porto e desde logo todo o seu sentimento grato se votou à ideia de corresponder em acto levantado aquela manifestação dos seus subordinados tão seus amigos. Assim surgiu a ideia da fundação do sanatório para tuberculosos ferroviários que logo divulgou entre os seus amigos³.

Também se pode colocar a hipótese de que o lugar que ocupava no serviço de estatística, enquanto funcionário superior dos Caminhos de Ferro do Estado – chefe do Serviço de Fiscalização e Estatística do Sul e Sueste –, lhe terá dado acesso aos dados que identificavam a existência de um elevado número de ferroviários afectados pela tuberculose, levando-o a considerar que seria premente arranjar solução para tal flagelo e a tomar como missão a construção de um sanatório. Pela leitura de um artigo publicado na *Gazeta dos Caminhos de Ferro* em Agosto de 1915, constata-se que Vasconcelos Porto desenvolvia esforços «para reunir fundos necessários, para conseguir terreno onde construir o sanatório»⁴. Pelo que terá, o próprio, decidido que

[...] neste período transitório, enquanto o edifício não está construído, ir já hospitalizando os doentes que disso carecem, ninguém deles faz ideia, porque só ele

² Cf. *O Algarve*, ano 9, n.º 470, 25 de Março de 1917, p. 2.

³ *Ibidem*.

⁴ Cf. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1 de Agosto de 1915, p. 233.

os sabe no conjunto, e ele é o primeiro a ocultá-los, como se fosse vergonhoso possuir um largo coração cheio de bondade, e dedicar-se pelo bem dos outros, sem olhar às fadigas e aos prejuízos próprios⁵.

Nesta mesma notícia, pode-se ler, ainda, que o local escolhido para internar estes doentes era o Hospital da Guarda. Constatava-se, assim, que a realidade dos números não lhe era desconhecida e que ainda antes da construção de um sanatório, era já seu propósito cuidar dos funcionários que padeciam de tuberculose.

A primeira medida que tomou para conseguir angariar fundos para a construção deste sanatório foi a de expor a todos os funcionários dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e do Minho e Douro a situação em que se encontravam, propondo-lhes que todos os meses retirassem dos seus salários um «vintém». A ideia foi aclamada e em pouco tempo angariou a quantia de 200 escudos. Uma outra iniciativa de Vasconcelos Porto para a angariação de fundos foi a edição de livros de poemas: *Folhas de ouro*, publicado em 1917, e, mais tarde, em 1923, *Horas serenas* (visando agora também a angariação de verbas para a construção do Sanatório de Mozelos, Paredes de Coura). Nestas duas obras, ambas identificadas como *Album Litterario e Artístico*, terão «gentilmente colaborado [...] Escritores e Artistas Portuguezes», conforme se pode ler no início de cada uma delas.

A investigação desenvolvida revelou, ainda, a informação de que foi organizada, a 28 de Fevereiro de 1917, uma récita no Cine-Teatro Farense (Faro) para angariar dinheiro para a construção deste mesmo sanatório. Os poemas ali apresentados deram origem à edição de uma colectânea de versos, intitulada *Coração algarvio*, que foi vendida de forma a angariar mais verbas para o mesmo fim (figs. 1, 2 e 3).

O SANATÓRIO

Pelo que se conseguiu apurar, este sanatório não estava inicialmente pensado para ser construído em São Brás de Alportel, ou mesmo no Algarve, informação que se confirma pela leitura da *Gazeta dos Caminhos de Ferro* de Agosto de 1915:

[...] teve, pois, o Sr. Carlos Porto a simpática ideia de fundar, para esses infelizes, um sanatório, na serra da Estrela, e para esse fim organizou uma comissão hoje composta dos Srs.: António Lourenço da Silveira, vogal do Conselho de Administração; Directores do Minho e Douro e do Sul e Sueste; Carlos de Vasconcellos Porto; Joaquim de Oliveira, Chefe do Movimento do Minho e Douro; e, servindo

⁵ *Idem, ibidem.*

de tesoureiro, o Sr. Silva, Chefe da Repartição da Caixa de Reformas e Pensões do Sul e Sueste⁶.

Os fundos foram reunidos por meio de subscrição. No entanto, constatou-se que as comunicações eram difíceis e o acesso à serra era feito por estrada, tornando-se, por isso, caro, moroso e incómodo e, porque uma altitude menos elevada era mais recomendável, resolveram optar pela fundação na Guarda, local mais acessível.

Com a localização escolhida, a aquisição ou oferta do terreno, na região da Guarda, mostrou-se uma tarefa árdua:

[...] um proprietário prestava-se a oferecê-lo, mas impondo condições inaceitáveis; outro exigia preço exorbitante; outros têm demorado a decisão. D'esta forma só agora há terreno escolhido, o que tem prolongado os infatigáveis trabalhos do iniciador para o obter⁷.

Neste mesmo periódico, no número publicado a 15 de Dezembro desse mesmo ano, pode-se ler que a comissão continuava incansável na procura de terreno para construir o «Sanatório para tuberculosos das linhas do Estado», referindo-se ainda as condições a que a comissão respondia: um terreno adequado «às condições climáticas», cabalmente referidas como «exigidas pela ciência para a fundação do sanatório», tal como facilidades de transporte ou a economia da construção, «que não podem ser menosprezados, tratando-se de uma edificação que tem de ser feita com a mais rigorosa economia, sem deixar de se atender a tudo o necessário aos fins a que se destina»⁸. Revelando-se, desta forma, este intento uma árdua tarefa.

Por outro lado, neste mesmo artigo vem referido que a Direcção-Geral de Saúde foi «consultada a este respeito [e] indicou, como preferível para o caso, o clima algarvio», tendo-se finalmente conseguido encontrar em São Brás de Alportel um terreno que respondia a todos os requisitos, prevendo-se para breve a sua aquisição e o início das obras de construção, com «os fundos já recolhidos e os mais quantiosos, que se conta receber, pelas listas subscritas». Estava assim dado o primeiro passo para a construção do Sanatório em São Brás de Alportel.

⁶ *Ibidem*, pp. 233-234.

⁷ *Ibidem*, p. 234.

⁸ Cf. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 15 de Dezembro de 1915.

Um sanatório para tuberculosos na serra de S. Braz foi o sonho do malgrado professor dr. Sousa Martins, um apaixonado consciente pelas excelências do nosso clima naquela suficiente altitude. Bastava esta autoridade!⁹

TRANSFORMAÇÃO DE CASA RURAL EM SANATÓRIO: BREVE ANÁLISE ARQUITECTÓNICA.

Em 1916, iniciam-se as obras, segundo o projecto delineado pelo engenheiro José Abecassis, presidente dos Caminhos de Ferro do Sul e Oeste, que teve como conselheiro o Dr. José Joaquim de Almeida, presidente da Assistência aos Tuberculosos. O responsável pela obra foi Eduardo Garrido o responsável, na época, pela Secção de Obras do Sul, e teve como modelo um outro sanatório para tuberculosos, localizado perto de Madrid.

Construído no sítio dos Almargens, em São Brás de Alportel, «à margem das turbulências da vila e dos próprios habitantes a cerca de 3 quilómetros nuns magníficos duzentos e noventa e oito metros de altitude...», pelo que podemos supor que o carácter marginal da doença terá contribuído, de certa forma, para o isolamento do local escolhido. No terreno, doado por Francisca Pires Uva, existia uma casa rústica composta por um torreão, com uma ala lateral à frente com açoteia, mais os respectivos anexos agrícolas. Podemos, assim, caracterizar o edifício pré-existente como uma casa rural, pertença de uma família abastada de São Brás de Alportel.

Os vãos existentes no edifício original não correspondiam a qualquer ideia de simetria ou ritmo, a decoração de cunhais com pilastras, tendo estas e as cornijas remates pontuais em medalhão lágrima. Ao serem realizadas as obras para a adaptação a sanatório, o edifício passou a ter um aspecto mais urbano, um desenho mais simétrico.

Temos, assim, toda a fachada principal animada em grupos de três vãos. Onde anteriormente se encontravam molduras típicas de uma casa rural do princípio do século XIX (ou finais do século XVIII), são agora visíveis cantarias mais con-

⁹ Cf. *O Algarve*, ano 9, n.º 434, 16 de Julho de 1916, p. 2. No *Almanach de São Braz de Alportel*, de 1894, p. 30, pode-se ler que o Dr. Sousa Martins visitou São Brás de Alportel e ficou encantado «e propõe-se estabelecer ali um *sanitarium*, sendo a companhia formada por homens de dinheiro e ciência. O sítio não pode ser melhor e a direcção mais competente», transcrevendo a notícia publicada no *Districto de Faro*, que cita o «*Correio da Noite*, n.º 4058 de 3 de Março de 1893», ficando por confirmar a data da visita e a que sanatório e direcção se refere, dado que não foi possível consultar as fontes indicadas. <http://www.youblisher.com/p/938911-almana-sba-1894/>

temporâneas com a data da nova construção. Nas traseiras do edifício, mantiveram-se algumas das janelas originais, sobressaindo o facto de serem diferentes entre si, pelo que se pode levantar a questão do porquê da manutenção das janelas existentes; seriam opções de carácter económico ou estético ou preservam apenas as memórias da casa ali, anteriormente, existente (fig. 4)?

Ainda nas traseiras, foram colocadas escadas de acesso ao primeiro andar, tendo sido utilizadas traves dos Caminhos de Ferro na construção das mesmas. Pode-se, também aqui, questionar sobre qual terá sido a razão para a opção do material utilizado. Não se sabe se ficou a dever-se ao facto de os responsáveis desta obra serem engenheiros dos caminhos-de-ferro, deixando aqui uma marca identitária, ou se terá sido por razões económicas, recordando que a construção ocorreu durante a 1.^a Guerra Mundial e o acesso a materiais de suporte em ferro tinha restrições. Com as mesmas traves, foi ainda construída a varanda no primeiro piso da fachada principal (galeria de repouso), que ainda hoje existe (figs. 5, 6 e 7).

Assim, num olhar abrangente para este «cruzamento» do antigo com o novo, é possível levantar as seguintes questões: terá tido como causa primeira uma questão meramente económica, visto que, como já referido anteriormente, esta obra deveria ser feita na maior economia, ou, deve-se considerar o facto, que não anula a razão anterior, de que na época não existiam meios de transporte que facilmente removessem os escombros que o desmantelamento deste edifício provocaria, mantendo-se assim tudo o que fosse possível e fazendo-se alterações somente onde fosse necessário?

Como exemplo, pode-se referir o caso das janelas, na fachada principal, onde foi necessário enquadrar os vãos com os espaços que se criavam no interior, sendo que ao modificar-se algumas fazia sentido igualá-las entre si e, na oportunidade, dar-lhes um aspecto mais actual e mais de acordo com a função a que se destinavam.

Já nas traseiras, a manutenção de janelas diferentes entre si pode levar a pensar que, por se tratar de uma zona menos visível, não existiria a necessidade de se fazer despesa com a alteração destes vãos.

Há também a assinalar que a disposição da casa, com a fachada principal virada a sul terá sido, provavelmente, de grande importância no «aproveitamento» do edifício que já ali se encontrava, dado que a existência da fachada principal virada a sul facilitaria a construção de uma zona onde os doentes pudessem ficar expostos à cura de ares (galeria de repouso), fundamental para o tratamento daqueles que ali se iam instalar.

No que concerne à arquitectura do Sanatório de São Brás, sabe-se que esta reflecte a funcionalidade e o propósito a que se destinou. Foi possível apurar que, aquando da sua inauguração, o Sanatório era composto por

dois grandes pavimentos e de vários anexos. No Rés do chão, está instalada a sala de consultas, casa de jantar¹⁰ e a residência do médico-director, da regente e mais pessoal; ao fundo, há 5 camaratas, cada uma com 4 camas e mais dois quartos isolados, para qualquer funcionário superior que seja atacado da terrível doença. Todas estas dependências abrem as suas amplas portas para uma larga varanda alpendrada, para o sul, onde há 20 camas de arame, para a cura de ar e de repouso. Em ambos os pavimentos há várias retretes, rigorosamente higiénicas e casas de banho, da mesma forma perfeitas. Circundando o edifício, há uma vasta horta, com deliciosa água potável¹¹.

De salientar que não há referência à existência de uma capela. A que hoje encontramos está localizada no edifício que liga as duas construções (edifício antigo e edifício moderno, datado dos anos 60 do século xx), o que poderá levar a questionar se a sua não existência se deveu ao facto de não se proceder à realização de liturgias por questões sanitárias (porém, eram celebradas noutros sanatórios), devido ao receio de contágio ao se juntarem os doentes num mesmo espaço (todavia, os doentes partilhavam espaços comuns, como a sala de refeições) ou, de uma forma um pouco rebuscada, mas possível, se a sua não existência se deveu ao facto de se estar a «viver» um período de anticlericalismo durante a sua construção e estas «divisões» serem dispensáveis? Não foi possível averiguar qual destas hipóteses será a mais plausível.

O Sanatório foi, assim, finalmente inaugurado a 8 de Setembro de 1918¹², na presença dos secretários de Estado do Comércio e do Trabalho e de diversos outros funcionários superiores dos Caminhos de Ferro, tendo sido baptizado com o nome de Carlos Vasconcelos Porto, em homenagem ao homem que esteve na origem deste projecto, como se pode confirmar pela leitura de um periódico da

¹⁰ «O refeitório é de mesas separadas, em grupos de quatro», descrição também referida por Carlos de Vasconcelos Porto em entrevista ao jornal *A Manhã*, na véspera da inauguração.

¹¹ Cf. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 16 de Setembro de 1918.

¹² Pode-se ler a notícia desta inauguração em diversas publicações da época, regionais e nacionais, de que são exemplo *O Século*, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, *A Manhã* (este jornal mandou como enviado a esta inauguração Reinaldo Ferreira, que mais tarde ficou conhecido por Repórter X).

época, no qual se refere que «Os ferroviários pediram, telegraficamente, que ao Sanatório fosse dado o nome de “Carlos Vasconcelos Porto”»¹³.

O primeiro director clínico desta instituição foi o médico Alberto de Sousa, que por se encontrar na frente da guerra, em França, foi interinamente substituído por José Paulo Pereira de Machado, recém-formado na Faculdade de Medicina de Lisboa¹⁴. Sobre os que lá trabalhavam, sabe-se que para além do director clínico, havia também uma regente e uma enfermeira¹⁵. Têm-se, ainda, conhecimento de que no edifício do Sanatório existiam acomodações para os funcionários, mas o primeiro director vivia fora deste espaço, numa casa no centro da vila, onde morava com a família antes de ocupar este cargo¹⁶.

Após a inauguração, seguiram-se anos difíceis, do ponto de vista económico, tendo sido encerrado em 1927, por necessitar de obras de remodelação. Assim, para conseguir levar a cabo estas obras, envolveu-se o médico Alberto de Sousa, conjuntamente com a Comissão Administrativa do Fundo de Assistência dos Sanatórios dos Caminhos de Ferro do Estado¹⁷, num processo de angariação de fundos. Sabe-se que alguns destes fundos foram obtidos com a liquidação

¹³ Cf. *A Manhã*, ano 2, n.º 545, 9 de Setembro de 1918, p. 1.

¹⁴ Cf. *A Manhã*, ano 2, n.º 543, 7 de Setembro de 1918, p. 1. Este médico é originário de São Brás de Alportel, onde o seu pai é proprietário de uma farmácia. Esta família é muitas vezes referida como «Pereira da Machada».

¹⁵ Sabemos da existência destes funcionários por uma referência em *O livro do Alportel*, de Estanço Louro (3.ª ed., S. Brás de Alportel, Câmara de S. Brás de Alportel, 1996), na p. 154, no qual nos diz que estes três elementos e mais os doentes ferroviários ali internados, em número de dez, assinaram uma carta dirigida ao Ministro do Comércio e Comunicações, com a data de 28 de Março de 1923, que foi publicada no *Diário de Notícias*. Ainda relativamente aos funcionários, sabemos, aquando da inauguração do Sanatório, que o «[...] pessoal é todo feminino [...]», com a excepção do director clínico. Esta informação é-nos fornecida pelo próprio Carlos Vasconcelos Porto na entrevista dada na véspera da inauguração (a que já se fez referência por diversas vezes).

¹⁶ Cf. Cristina Fé Santos, *Sanatório Vasconcelos Porto: São Brás de Alportel*, Lisboa, D. Quixote, 2006.

¹⁷ Em Março de 1916, é criado um novo ministério, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, integrando a Direcção-Geral de Previdência Social e Subsistências, uma Inspecção de Previdência Social e um Conselho Superior de Previdência Social, alargando os serviços de assistência prestados pelo Estado. Ainda nesse mesmo ano, em Junho, o Ministério, recentemente criado, decreta uma lei que autoriza «o Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado a estabelecer um ou mais sanatórios para tratamento de empregados ferroviários atacados pela tuberculose, podendo adquirir por dádiva ou por compra os terrenos necessários ou propriedades urbanas que para o fim reúna as convenientes condições» (Lei n.º 573, 8 de Junho de 1916, *Diário do Governo*, n.º 114/1916, I série, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Lisboa), de-

de contas com os Caminhos de Ferro do Estado, e que estes conseguiram não só pagar as ditas obras, como ainda comprar algumas centenas de metros quadrados de terreno adjacente para o recreio dos doentes.

Em 1938, a direcção clínica é assumida pelo médico Gabriel Medeiros Galvão, que, em 1934, veio para este sanatório para substituir o antigo director, quando este se ausentava.

Quanto à viabilidade económica deste tipo de sanatórios de empresas, o que se sabe é que o Fundo de Assistência dos antigos ferroviários dos Caminhos de Ferro do Estado terá tido dificuldade em manter estas instituições sanatoriais, pelo que, em 1952, foi encerrado. Posteriormente, por um despacho do Ministério das Comunicações, Decreto-Lei n.º 39505, de 31 de Dezembro de 1953, foi extinto o Fundo de Assistência e dos Sanatórios dos Caminhos de Ferro do Estado, com o fundamento de não haver verbas suficientes para manter a actividade. Desta forma, mencionados na mesma lei, os edifícios dos sanatórios de São Brás de Alportel e de Paredes de Coura, com os seus pertences, são devolvidos ao Ministério das Finanças, que os cedeu, a título definitivo, ao IANT.

Em 1957, o Sanatório de São Brás de Alportel reabriu como um dos sanatórios da rede do IANT, com o mesmo director clínico que havia sido reempossado no cargo em 1953, Gabriel Medeiros Galvão.

Sobre a história desta instituição, sabe-se ainda que, em 1966, a Casa dos Pescadores de Tavira fez a cedência gratuita, ao IANT, de uma courela de terra de semear e para vinha, denominada «Camacha», no sítio dos Almargens, para a ampliação e o alargamento do Sanatório, de que é contígua, sob a condição de que os pescadores registados no Algarve tivessem entrada prioritária sobre qualquer outro doente tuberculoso assistido pelo IANT¹⁸.

vendo ser constituído um fundo especial denominado «Fundo de assistência aos empregados ferroviários tuberculosos» para o estabelecimento e a manutenção destes sanatórios.

¹⁸ No *Jornal do Pescador*, de Fevereiro de 1949, vem noticiado que «foi lançada a primeira pedra para a construção de um sanatório, em S. Brás de Alportel, destinado aos pescadores tuberculosos», mas o sanatório aqui referido, localizado no terreno contíguo ao ocupado pelo Sanatório Carlos Vasconcelos Porto, nunca chegou a ser construído por falta de verbas. O projecto apresentado, com data de 1947, foi uma encomenda da Junta Central das Casas dos Pescadores ao arquitecto Jorge de Oliveira. Sabe-se que este arquitecto fez um outro projecto, em 1954, para este mesmo encomendador, agora como ampliação do existente, que também não chegou a ser construído. Nota sobre o arquitecto Jorge de Oliveira: nomeado por Duarte Pacheco, em 1943, foi o primeiro arquitecto a desempenhar permanentemente as funções de consultor técnico na região. A mesma notícia, de 1949, refere ainda «a conveniência que os algarvios teriam em construir também um outro sanatório naquela região, para as classes média e rica, por infe-

Assim, pelo que foi possível apurar, após a doação deste terreno contíguo, foram feitas obras que dotaram este sanatório de mais um edifício de dois pisos, com capacidade para cento e vinte e quatro camas, tornando possível a admissão de doentes do sexo feminino. No edifício antigo, continuaram a funcionar os gabinetes de apoio médico, a galeria de repouso, e foram ali colocadas as primeiras mulheres internadas. Posteriormente, em data que se desconhece, os doentes do sexo feminino passaram para um dos pisos do novo edifício, que assim se dividiu, no que diz respeito ao internamento, em um piso para homens e outro para mulheres.

O QUOTIDIANO

Relativamente ao dia-a-dia neste espaço, foi possível apurar, através de entrevista realizada a um ferroviário que esteve internado neste Sanatório, nos finais dos anos 40, com a idade de dezassete anos, o seguinte:

A rotina consistia: o pequeno-almoço era servido na camarata a que se seguia a cura da manhã, que durava até à hora de almoço, chamados pelo toque de uma sineta almoçavam numa sala bastante ampla e cada um tinha o seu lugar – as mesas eram de quatro e as camaratas também, logo ficavam sempre juntos; a seguir no-

lizmente estar demonstrado que a tuberculose não tem só origem nas deficiências alimentares em que os pobres se vêem muitas vezes envolvidos», recordando que este projecto se destinava a cuidar dos pescadores portadores de tuberculose e não à população em geral. A leitura da imprensa da época alude, por diversas vezes, a várias diligências para angariar fundos para a construção de um sanatório distrital. A investigação confirma que foram realizadas diversas iniciativas com o objectivo de concretizar esse propósito, que serviria para dar resposta aos habitantes da região que fossem afectados pela tuberculose e para os quais o sanatório existente em São Brás de Alportel não estava destinado, já que era exclusivamente para ferroviários. No entanto, os diversos artigos consultados não dão conhecimento de que tenha ocorrido a construção ou a inauguração de um outro sanatório na região algarvia. Ainda sobre a construção de sanatórios no Algarve, foi possível, também, apurar a referência à possibilidade de ser construído um em Monchique, conforme se pode ler no jornal *O Algarve*, de 25 de Março de 1917, data anterior à inauguração do de São Brás de Alportel: «Sanatório em Monchique. À direcção geral das colónias foi remetido o parecer referente à exposição do diretor do estabelecimento termal das Caldas de Monchique, para o seu aproveitamento como sanatório para tratamento dos funcionários públicos das colónias. O respectivo ministro vai nomear uma comissão de técnicos composta de engenheiros e médicos, a fim de estudar a adaptação do respectivo estabelecimento para sanatório, visto o local onde se acha estabelecido possuir todas as condições climatéricas e de salubridade para o fim a que se destina».

vamente a cura de repouso¹⁹ onde não se podia dormir, o enfermeiro vigiava para que não se voltassem ou adormecessem, tinham que estar em «posição cada-vérica»; depois era servido o lanche, a que se seguia outra cura de repouso até à hora do jantar (havia três curas de repouso ao longo do dia); após o jantar alguns iam, ouviam música ou jogavam às cartas, ele preferia ir para a camarata que era mais sossegado para ouvir música num pequeno rádio que possuía. A hora de deitar era às 22h30 e o enfermeiro verificava se as luzes estavam todas apagadas; os doentes que estavam no quarto de isolamento saíam para almoçar, quando o seu estado o permitia; o banho era diário.

Os doentes só podiam sair aos sábados e domingos e só iam a casa no Natal e na Páscoa. Lembra-se de ter saído uma só vez para ir à «Inspeção da Tropa», e quando precisou de «arrancar» um dente foi o Dr. Porto, um médico de S. Brás, que lho arrancou; tirando estas situações lembra que uma vez por ano o Sanatório alugava um autocarro no qual iam ao Carnaval de Loulé ou dar uma volta pelas praias do Algarve; tirando estas saídas extras só iam a casa no Natal e na Páscoa [...], tinham passes válidos por 15 dias de ida e regresso. Como a vontade de se curarem era imensa os doentes adaptavam-se.

Existia uma biblioteca no Sanatório para a qual foi nomeado bibliotecário, lembra que os livros eram quase todos de filosofia (havia poucos romances), leu alguns do mesmo autor – Orison Swett Marden (filósofo americano), lembrando-se ainda de algumas frases²⁰. Refere ainda que os livros eram pouco utilizados, para além dele poucos recorriam à Biblioteca²¹ para passar o tempo. Os livros da biblioteca eram desinfectados de dois em dois meses, com vapor à base de formol²².

No interior do Sanatório, os tempos eram ocupados com algumas distrações que, para além das refeições e do repouso, faziam parte integrante do tratamento. Eram permitidos passeios no espaço que envolvia o Sanatório, recreio (que se entende por convívio entre os diversos doentes), projecção de filmes previamente seleccionados, realização de palestras com teor cultural e educativo e leitura de obras previamente aprovadas. Pretendia-se proporcionar algum

¹⁹ A cura da tarde era considerada a mais importante; era aquela em que havia um maior rigor e era vigiada pelo enfermeiro.

²⁰ «Nada há de grande e de admirável que aos poucos se não veja com menor admiração», esta frase ganhou significado ao fim de estar três anos a ver sempre as mesmas árvores.

²¹ Na pesquisa realizada sobre esta biblioteca, encontra-se a referência à existência de sócios que pagavam quotas. No entanto, ao ser questionado sobre essas mesmas quotas, refere não se lembrar da existência das mesmas.

²² Cf. Cristina Fé Santos, *op. cit.*, p. 92.

bem-estar psicológico ao doente, já que o bom estado de espírito era importante para a obtenção de um resultado positivo no tratamento. A ideia da criação de uma biblioteca para os doentes vem mencionada, em 1930, num artigo, da autoria de Carlos D'Ornellas, publicado na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, de 1 de Agosto, no qual o autor relembra a importância da fundação de uma biblioteca, com o objectivo de proporcionar momentos de distração aos doentes internados e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua instrução, para o que propõe a criação de uma comissão para angariar livros, revistas e jornais, oferecendo, desde logo, a sua quota-parte. É criada a Caixa Recreativa e Cultural, regulamentada e dirigida pelos doentes, que angaria fundos, através das quotas pagas pelos sócios, para a aquisição de livros para a biblioteca²³. Inúmeros particulares colaboraram e ofereceram livros, que eram previamente sujeitos a aprovação, «já que se deveria evitar a existência de romances para não despertar «alguns» sentimentos já sensibilizados». A leitura era considerada uma forma de terapia, pois permitia acalmar alguns dos comportamentos mais irascíveis e indisciplinados, como refere o médico Medeiros Galvão num relatório de 1949²⁴ (fig. 8).

Continua a funcionar enquanto Sanatório até 1992, ano em que é integrado no Hospital Distrital de Faro, tendo sido alvo, por essa altura, de obras de manutenção, com vista a colocar aí o Serviço de Pneumologia.

Já ligado a este Hospital, continua a funcionar com doentes do foro respiratório, na sua maioria, até 30 de Junho de 2002, data em que é encerrado. A 1 de Julho são iniciadas as obras que transformaram este edifício no Centro de Medicina de Reabilitação do Sul, que ainda hoje aí se mantém.

Muito fica ainda por investigar sobre este Sanatório: comparar o funcionamento deste Sanatório com os restantes construídos para o mesmo fim, tratar ferros tuberculosos, como forma de entender algumas das opções aqui tomadas, até mesmo arquitectónicas; saber em que medida o não isolamento dos doentes internados neste Sanatório interferiu com o índice de população afectada por esta doença em São Brás de Alportel (terá existido o risco de contágio, confirmando o receio que Estanco Louro refere na sua obra); saber mais sobre a biblioteca deste Sanatório; outra das questões que merece investigação é saber quem cuidava da família destes

²³ A listagem dos livros registados no «Catálogo da Biblioteca da Caixa Recreativa e Cultural do Sanatório Carlos de Vasconcelos Porto», de que não se sabe a data, não foi ainda sujeita a qualquer estudo ou análise quanto aos conteúdos; sabe-se que muitos foram os títulos acrescentados e que muitas obras, constantes nessa listagem, desapareceram.

²⁴ Cf. A. Teles Araújo, *História da pneumologia portuguesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Pneumologia, 1994.

doentes/trabalhadores durante o seu internamento, como sobreviviam economicamente enquanto o chefe de família, o seu «ganha-pão», estava ausente durante o período de tratamento/internamento.

Em jeito de conclusão, salienta-se o carácter pioneiro de uma empresa que, no início do século xx, num período conturbado por guerras e revoluções, se preocupa com os seus funcionários e constrói espaços assistenciais para cuidar deles, quando atingidos pela doença.

NOTA CURRICULAR

Cristina Fé Santos é doutoranda em História, na Universidade de Évora. Mestrado em História da Arte Portuguesa, pela Universidade do Algarve, onde também se licenciou em Património Cultural. É autora de um livro sobre o Sanatório Carlos Vasconcelos Porto, publicado pela D. Quixote, e coordenadora e co-autora do livro *Pousada de São Brás: 1944-2014*. É igualmente da sua autoria a investigação e o catálogo da Exposição permanente do Laboratório Regional de Saúde Pública do Algarve

Dra. Laura Ayres; colaborou também na exposição «Espaço-Memória» sobre o Ex-Sanatório Carlos Vasconcelos Porto em São Brás de Alportel, localizada no CMRSul. Integra a Comissão Coordenadora da revista *Promontoria Monográfica – História do Algarve*, da FCHS da Universidade do Algarve, na qual publicou vários artigos. Tem colaborado com diversas instituições em actividades ligadas à área do património.